

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Informações Financeiras individuais e consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 do Banco ABC BRASIL S.A.

BANCO ABC BRASIL S.A.

Somos um banco múltiplo, especializado na concessão de crédito e serviços para empresas de médio a grande porte. Possuímos uma das mais diversificadas carteiras de clientes entre os bancos médios, que abrange empresas de médio a grande porte. Contamos com um amplo portfólio de produtos, ágil processo decisório e profunda expertise na análise de crédito, o que nos tem possibilitado auferir resultados consistentes com índices de perda notadamente baixos. Somos um dos únicos bancos brasileiros de porte médio a contar com controle internacional e autonomia local.

Construímos nos últimos 22 anos uma base de clientes sólida, oferecendo a eles produtos financeiros de maior valor agregado e adaptados às suas necessidades específicas. Dessa maneira, acreditamos estar aptos a concorrer, com vantagens expressivas, no nicho de mercado em que atuamos.

O suporte operacional e financeiro do nosso acionista controlador, Arab Banking Corporation, em conjunto com o nosso conhecimento do mercado brasileiro nos garante a mais alta classificação de risco entre os bancos médios de capital aberto conferida pela Moody's Investors Service, equivalente a "Aa-1" na escala nacional e "Baa-3" em escala global, e pela Fitch Ratings, Inc, equivalente a "AA-" na escala nacional e "BB+" em escala global.

O Banco ABC BRASIL S.A. está listado no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A estrutura acionária em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte: ABC (BSC): 57,25%; Mercado: 33,41%; Administradores e Conselheiros: 8,14% e Tesouraria: 1,20%.

RENTABILIDADE DOS NEGÓCIOS

O Banco ABC BRASIL S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 236,0 milhões no ano de 2011 (R\$ 202,2 milhões em 2010 e R\$ 151,2 milhões em 2009), representando uma rentabilidade anualizada sobre o patrimônio médio de 16,6% no período (15,8% em 2010 e 12,1% em 2009).

O crescimento do lucro líquido do banco no ano de 2011 em relação ao ano anterior decorreu principalmente do crescimento da margem financeira em 20,5% no período, juntamente com a expansão de 11,9% das receitas de prestação de serviços.

É destinado aos acionistas, a título de juros sobre o Capital Próprio, o valor bruto total de R\$ 80,6 milhões, o que representa um valor bruto de R\$ 0,60 por cada ação ordinária e cada ação preferencial, observada as disposições legais atinentes à retenção de impostos, sendo os juros relativos ao ano de 2011.

CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito incluindo garantias prestadas atingiu R\$ 12.854,8 milhões ao final de 2011 (R\$ 11.588,4 milhões ao final de 2010 e R\$ 8.509,2 milhões ao final de 2009). Ao final de 2011 a carteira de crédito apresentou um índice de créditos classificados entre AA e C em relação à carteira total de créditos de 97,6% (sendo 97,9% ao final de 2010 e 95,9% ao final de 2009). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 1,73% do total da carteira ao final de 2011 (1,62% ao final de 2010 e 2,25% ao final de 2009).

CVM 381/03

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a necessidade da divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo Auditor Independente, o BANCO ABC BRASIL S.A., informa que os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Banco e suas controladas são prestados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

Não foram prestados quaisquer serviços não relacionados à auditoria. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos. Estes princípios consistem em: 1) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; 2) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; 3) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

CARTEIRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Banco ABC BRASIL S.A. não possui em suas demonstrações financeiras (individual e consolidado) títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme conceitos definidos na Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM

O Banco ABC BRASIL S.A. está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

GESTÃO DE RISCO

As informações referentes à gestão de risco (Circular nº 3.477 do Banco Central do Brasil), estão disponíveis no site do Banco ABC Brasil S.A. (www.abcbrazil.com.br - Relações com Investidores - Governança corporativa).

1) Risco corporativo:

O Banco ABC BRASIL S.A. entende que a gestão de risco é um processo que visa a criação e preservação do valor da instituição, propiciando garantia razoável de que eventos que possam afetá-la sejam identificados e, ato contínuo, geridos de acordo com seu apetite de risco. Para tanto, mantém estruturas específicas visando atender às Resoluções nºs 3.380, 3.464 e 3.721 do Banco Central do Brasil, que regem as atividades de gestão de risco operacional, mercado e crédito, respectivamente.

A Gestão do Risco Corporativo é responsável de todas as áreas e colaboradores, que devem executar suas atividades da melhor maneira e informar tempestivamente os riscos, falhas e deficiências de controles às áreas com condições de tratá-los. É exercida, porém, de forma centralizada nas Áreas de Gestão de Riscos, Gestão de Crédito, Compliance e Auditoria, que respondem disciplinarmente à Presidência.

A estrutura de governança do Banco, baseia-se na regulação da Bolsa de Valores de São Paulo, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil, contando com órgãos como Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, além de comitês internos, como Comitê de Risco do Conselho, Diretoria Colegiada, outros comitês operacionais como o Comitê de Crédito e Comitê Financeiro. O Conselho de Administração é responsável pela definição do apetite de risco da Instituição, pela aprovação das estratégias de negócios e pela manutenção de padrões elevados de governança. Deve garantir a efetividade do arcabouço de gestão de risco, provendo independência e recursos para seu bom funcionamento. Recebe para isto o suporte dos órgãos e comitês criados para este fim. A Diretoria Executiva cabe a execução das definições do Conselho de Administração e a gestão das atividades da instituição.

2) Risco operacional

O Banco reconhece que o Risco Operacional constitui uma categoria específica e como tal deve ser gerenciado. Deve abranger toda a instituição, envolvendo todos seus colaboradores, incluindo serviços prestados por terceiros, e considerando seus processos, atividades, sistemas, produtos e estrutura física. A gestão de risco operacional contempla também os riscos legais, contando com o suporte de Área Jurídica própria.

A gestão de riscos operacionais está organizada em três linhas de defesa: 1) os gestores das diversas áreas; 2) a Área de Gestão de Riscos e o Comitê de Risco Operacional e 3) a Auditoria Interna. Esta última monitora as áreas de negócios ou de suporte, bem como aquelas de controle e gestão de risco.

A gestão baseia-se na contínua identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos por meio de ferramentas específicas. A efetividade das ações é reforçada pela comunicação tempestiva à Administração, pelo envolvimento dos colaboradores e pelos esforços de disseminação da cultura de gestão de risco.

3) Risco de mercado e liquidez

A gestão dos riscos de mercado e de liquidez é exercida utilizando-se de informações internas e de ferramentas operadas pela Área de Gestão de Riscos, que centraliza as atividades de controle, monitorando a exposição das carteiras e os níveis aceitáveis de liquidez atuais e futuros.

A Tesouraria executa as decisões do Comitê Financeiro e administra posições proprietárias dentro dos limites determinados para sua atuação, gerindo também a captação e aplicação de recursos do caixa e os descasamentos entre entradas e saídas. O Comitê Financeiro discute formalmente as exposições em suas reuniões semanais e traça a estratégia para o período seguinte.

A Área de Gestão de Riscos fornece informações diárias à Administração, à Tesouraria, e a membros do Comitê Financeiro, além de elaborar relatórios específicos para o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Adicionalmente, deve divulgar o apetite de risco do Banco às áreas envolvidas na gestão da liquidez e do risco de mercado e na criação de novos produtos ou atividades.

4) Risco de crédito

O Banco, por operar com clientes corporativos tanto de grande, quanto de médio porte, optou por criar duas estruturas independentes para a análise e concessão de crédito, com o objetivo de ser mais eficiente e preciso nas análises, estabelecimento de limites e definição das garantias exigidas.

A aprovação das linhas é, até os limites de suas alçadas, responsabilidade dos Comitês de Crédito para os clientes em geral e do Comitê Financeiro para os do setor financeiro. Acima disto, a aprovação é exclusiva do Comitê de Risco do Conselho de Administração.

A gestão é atribuída das Áreas de Crédito - Corporate e Middle-Market - no que se refere às linhas individuais a clientes e grupos econômicos. Contam com suporte de áreas específicas para monitorar se os reuniões semanais nos limites estipulados e se as garantias estão nos padrões requeridos de cobertura e qualidade.

A Área de Gestão de Risco acompanha os créditos do ponto de vista de carteira, monitorando concentrações e avaliando os impactos de cenários adversos. Os relatórios gerados são enviados regularmente ao Comitê de Risco do Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva.

5) Risco de conformidade

É de responsabilidade da Área de Compliance verificar as exigências regulatórias e orientar as áreas para que o atendimento a tais exigências seja refletido nas políticas e procedimentos. Adicionalmente, avalia e monitora a exposição do banco às práticas de lavagem de dinheiro, apoiando as Áreas de Negócios, que devem documentar e comprovar o conhecimento que têm sobre os clientes.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2012
A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

| Notas | Banco | | Consolidado | |
|--|------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Ativo | | | | |
| Circulante | 7.226.247 | 6.563.398 | 7.291.202 | 6.604.537 |
| Disponibilidades | 21.201 | 21.529 | 21.201 | 21.529 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 4.104.344 | 878.837 | 1.042.444 | 878.837 |
| Aplicações no mercado aberto | 403.157 | 458.025 | 403.157 | 458.025 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 517.130 | 326.357 | 517.130 | 326.357 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | 122.057 | 94.455 | 122.057 | 94.455 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 1.009.909 | 865.759 | 1.065.133 | 915.231 |
| Carteira própria | 775.165 | 626.996 | 803.449 | 676.468 |
| Vinculados a prestação de garantias | 140.568 | 146.904 | 140.568 | 146.904 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 94.176 | 91.859 | 94.176 | 91.859 |
| Relações interfinanceiras | 106.550 | 80.859 | 106.550 | 80.859 |
| Repasse interfinanceiros | 53.585 | 32.195 | 53.585 | 32.195 |
| Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central | 52.965 | 48.664 | 52.965 | 48.664 |
| Operações de crédito | 4.359.958 | 4.082.746 | 4.359.958 | 4.082.746 |
| Operações de crédito - setor público | 7 | 1.669 | 7 | 1.669 |
| Operações de crédito - setor privado | 7 | 4.436.128 | 4.436.128 | 4.146.919 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | 8 | (76.170) | (76.170) | (65.842) |
| Outros créditos | 667.789 | 631.113 | 677.460 | 622.780 |
| Créditos por avais e fianças honradas | 881 | 881 | 881 | 881 |
| Carteira de câmbio | 500.226 | 470.754 | 500.226 | 470.756 |
| Rendas a receber | 7.731 | 5.682 | 7.731 | 5.682 |
| Negociação e intermediação de valores | 23.092 | 21.035 | 23.092 | 21.035 |
| Diversos | 149.136 | 147.625 | 158.807 | 139.290 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | 8 | (13.317) | (13.317) | (13.983) |
| Outros valores e bens | 18.496 | 2.555 | 18.496 | 2.555 |
| Outros valores e bens | 17.360 | 2.480 | 17.360 | 2.480 |
| Despesas antecipadas | 1.136 | 75 | 1.136 | 75 |
| Realizável a longo prazo | 3.123.876 | 3.108.804 | 3.199.036 | 3.193.621 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 4 | — | 6.964 | — |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos | 5 | 298.682 | 110.781 | 273.842 |
| Carteira própria | 181.330 | 83.839 | 356.490 | 151.995 |
| Vinculados a prestação de garantias | 18.517 | 18.127 | 18.517 | 18.127 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 98.835 | 8.815 | 98.835 | 8.815 |
| Operações de crédito | 2.765.890 | 2.957.861 | 2.765.890 | 2.957.861 |
| Operações de crédito - setor público | 7 | 940 | 940 | 834 |
| Operações de crédito - setor privado | 7 | 2.802.902 | 2.991.836 | 2.991.836 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | 8 | (37.952) | (34.809) | (37.952) |
| Outros créditos | 54.627 | 31.762 | 54.627 | 48.423 |
| Rendas a receber | 1.068 | 795 | 1.068 | 795 |
| Negociação e intermediação de valores | 9.b | 93 | 93 | — |
| Diversos | 9.c | 59.149 | 40.275 | 59.149 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | 8 | (5.683) | (9.308) | (5.683) |
| Outros valores e bens | 4.677 | 1.436 | 4.677 | 1.436 |
| Investimentos temporários | 1.436 | 1.436 | 1.436 | 1.436 |
| Despesas antecipadas | 3.241 | — | 3.241 | — |
| Permanente | 149.861 | 135.236 | 20.577 | 18.730 |
| Investimentos | 129.696 | 119.304 | 412 | 412 |
| Participações em controladas - no País | 10 | 129.302 | 118.910 | — |
| Outros investimentos | 394 | 394 | 412 | 412 |
| Imobilizado de uso | 13 | 15.044 | 11.126 | 15.044 |
| Outras imobilizações de uso | 23.327 | 17.335 | 23.327 | 13.512 |
| Depreciações acumuladas | (8.283) | (6.209) | (8.283) | (7.838) |
| Diferido | 13 | 495 | 890 | 890 |
| Gastos de organização e expansão | 4.390 | 4.390 | 4.390 | 4.390 |
| Amortizações acumuladas | (3.895) | (3.500) | (3.895) | (3.500) |
| Intangível | 13 | 4.626 | 3.916 | 4.626 |
| Ativos intangíveis | 11.057 | 8.424 | 11.057 | 8.424 |
| Amortizações acumuladas | (6.431) | (4.508) | (6.431) | (4.508) |
| Total do ativo | 10.499.984 | 9.807.438 | 10.510.815 | 9.816.888 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais)

| | Reservas de lucros | | | | | Ajustes de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Ações em tesouraria | Total |
|--|--------------------|--------------------|---------------|---------------------------|----------------------|----------------------------------|-------------------|---------------------|-----------|
| | Capital social | Reserva de capital | Reserva legal | Equalização de dividendos | Recuperação de ações | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2009 | 1.004.400 | 671 | 41.469 | 178.638 | — | 121 | — | (6.658) | 1.218.441 |
| Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos | — | — | — | — | — | (144) | — | — | (144) |
| Lucro líquido do exercício | — | — | — | — | — | — | 202.224 | — | 202.224 |
| Juros sobre o capital próprio | — | — | — | — | — | — | (72.603) | — | (72.603) |
| Destinação - Reserva legal | — | — | 10.111 | — | — | — | (10.111) | — | — |
| Constituição de reservas | — | — | — | 49.510 | 70.000 | — | (119.510) | — | — |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 1.004.400 | 671 | 51.580 | 228.148 | 70.000 | (23) | — | (6.858) | 1.347.918 |
| Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos | — | — | — | — | — | 345 | — | — | 345 |
| Aquisição de ações próprias | — | — | — | — | — | — | (4.139) | — | (4.139) |
| Lucro líquido do exercício | — | — | — | — | — | — | 236.037 | — | 236.037 |
| Juros sobre o capital próprio | — | — | — | — | — | — | (80.555) | — | (80.555) |
| Destinação - Reserva legal | — | — | 11.802 | — | — | — | (11.802) | — | — |
| Constituição de reservas | — | — | — | 158.680 | (15.000) | — | (143.680) | — | — |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 1.004.400 | 671 | 63.382 | 386.828 | 55.000 | 322 | — | (10.997) | 1.499.606 |
| Saldos em 30 de junho de 2011 | 1.004.400 | 671 | 57.425 | 243.148 | 55.000 | (267) | 70.725 | (6.858) | 1.424.244 |
| Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos | — | — | — | — | — | 589 | — | — | 589 |
| Aquisição de ações próprias | — | — | — | — | — | — | (4.139) | — | (4.139) |
| Lucro líquido do semestre | — | — | — | — | — | — | 119.132 | — | 119.132 |
| Juros sobre o capital próprio | — | — | — | — | — | — | (40.220) | — | (40.220) |
| Destinação - Reserva legal | — | — | 5.957 | — | — | — | (5.957) | — | — |
| Constituição de reservas | — | — | — | 143.680 | — | — | (143.680) | — | — |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 1.004.400 | 671 | 63.382 | 386.828 | 55.000 | 322 | — | (10.997) | 1.499.606 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

| | Banco | | Consolidado | |
|---|------------------|----------------|-------------|----------------|
| | 2º semestre 2011 | Exercício 2011 | 2010 | Exercício 2010 |
| Receitas da intermediação financeira | 693.131 | 1.213.536 | 923.496 | 1.230.500 |
| Operações de crédito | 514.436 | 917.426 | 747.574 | 917.426 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 114.479 | 217.077 | 165.647 | 234.041 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 164.228 | 155.889 | (26.318) | 155.889 |
| Resultado de operações de mercado | (10.012) | (76.856) | 36.593 | (76.856) |
| Resultado de intermediação financeira | (486.323) | (769.558) | (512.448) | (749.682) |
| Operações de captação no câmbio | (360.540) | (539.025) | (333.384) | (539.025) |
| Operações de empréstimos e repasses | (87.385) | (158.109) | (134.627) | (158.233) |
| Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa | (37.696) | (51.722) | (44.579) | (51.722) |
| Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Variação cambial s/câmbio | (702) | (702) | 142 | (702) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 206.808 | 463.978 | 411.048 | 480.818 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | (14.834) | (64.550) | (67.076) | (75.499) |
| Receitas de prestação de serviços | 64.865 | 125.365 | 108.148 | 125.365 |
| Despesas de pessoal | (60.337) | (113.692) | (91.726) | (113.962) |
| Outras despesas administrativas | (32.639) | (64.865) | (57.667) | (64.935) |
| Despesas tributárias | (| | | |



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco é uma sociedade anônima de capital aberto controlada do Arab Banking Corporation que tem sede em Bahrain. No Brasil, o Banco tem como objetivo a prática de operações ativas e passivas inerentes às atividades de banco múltiplo, estando autorizado a operar com as carteiras: comercial, inclusive de câmbio, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário. O Banco opera através das dependências instaladas no País e no exterior através de sua dependência localizada em Georgetown, Grand Cayman (nota 12).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

1. Apresentação das demonstrações financeiras e critérios de consolidação: As demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco ABC BRASIL S.A. e das empresas controladas ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e ABC BRASIL Administração e Participações Ltda., cuja participação direta e indireta em 31 de dezembro de 2011, corresponde a aproximadamente 100%. As demonstrações financeiras foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria da companhia em 02 de fevereiro de 2012. As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pelo Banco, incluindo as operações realizadas pela dependência no exterior e empresas controladas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas, sendo que os investimentos, os direitos, as obrigações e os resultados entre as empresas consolidadas foram eliminados. A elaboração das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **II. Principais práticas contábeis:** O Banco efetuou ajustes na classificação entre curto e longo prazo para operações de captação junto ao BNDES, FINAME que passou a considerar o vencimento das parcelas e não o vencimento final. Para fins de comparabilidade os saldos anteriormente apresentados em 31 de dezembro de 2010 foram reclassificados conforme demonstrado a seguir:

| Banco | | | Consolidado | | |
|---------------------------------|-----------|----------------|---------------------|-----------|----------------|
| Divulgação anterior | Ajuste | Saldo ajustado | Divulgação anterior | Ajuste | Saldo ajustado |
| Passivo circulante | 5.068.432 | 648.131 | 5.716.563 | 5.076.537 | 5.724.668 |
| Obrigações por repasses do país | 385.773 | 648.131 | 1.033.904 | 385.773 | 1.033.904 |
| BNDES | 357.878 | 407.195 | 765.073 | 357.878 | 765.073 |
| FINAME | 27.895 | 235.904 | 263.799 | 27.895 | 235.904 |
| Outras instituições | - | 5.032 | - | 5.032 | - |
| Passivo exigível a longo prazo | 3.371.448 | (648.131) | 2.723.317 | 3.372.793 | 2.724.662 |
| Obrigações por repasses do país | 2.000.961 | (648.131) | 1.352.830 | 2.000.961 | 1.352.830 |
| BNDES | 1.305.003 | (407.195) | 897.808 | 1.305.003 | 897.808 |
| FINAME | 685.926 | (235.904) | 450.022 | 685.926 | 450.022 |
| Outras instituições | 10.032 | (5.032) | 5.000 | 10.032 | 5.000 |

As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Critérios de avaliação dos ativos:** As aplicações interfinanceiras, as operações de crédito e os demais direitos, exceto os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações cambiais, monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização. Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, no tocante à sua manutenção em carteira ou disponibilidade para negociação, e são registrados das seguintes maneiras: **ativos** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do exercício. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são ajustados ao valor de mercado, sendo a diferença entre os valores atualizados pela curva do papel e os valores de mercado, registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período em que houver a sua efetiva realização. Instrumentos financeiros derivativos: são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receitas ou despesas em razão do prazo de fluência dos contratos. As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício; As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa; As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa; As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para absorver eventuais prejuízos na sua realização e sua constituição leva em conta, além da experiência passada, a avaliação de riscos dos devedores e seus garantidores, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os demais investimentos são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas permanentes. Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são demonstrados pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, dos saldos da respectiva conta de depreciação, calculados pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens. O ativo diferido é demonstrado pelo valor do capital aplicado, deduzido dos saldos de amortizações acumuladas calculadas pelo método linear. Os ativos intangíveis são registrados pelo custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias. **c) Critérios de avaliação dos passivos:** As obrigações, encargos e riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado do período são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as obrigações sujeitas às atualizações monetárias com base em cláusulas contratuais são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço. **d) Hedge Accounting:** Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior através de Instrumentos de Dívida Subordinada de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos para proteção total (Hedge de Valor Justo) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o valor do principal protegido, acrescido dos juros devidos, é demonstrado pelo valor justo e também marcado a mercado. A variação no valor justo dos derivativos designados para proteção é reconhecida na demonstração do resultado. Entretanto, a variação do valor justo do item objeto de proteção atribuído ao risco que é protegido é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de "hedge accounting", a relação de proteção é terminada. Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também são documentadas a avaliação, tanto no início da operação de proteção como de forma contínua, de que os Instrumentos Financeiros Derivativos na operação de proteção são altamente efetivos na compensação de variações no valor justo (marcação a mercado) do item protegido. Um Hedge é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo coberto durante o período na relação de hedge anular de 80% a 125% da variação do risco. O valor justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção bem como o valor da marcação a mercado da captação objeto de proteção estão divulgados na nota 5.b e 17.c respectivamente. Os demais instrumentos financeiros e exposições das carteiras de negociação ("Trading Book") e das carteiras de não negociação ("Banking Book") não possuem política específica para proteção ("Hedge Accounting"). Os riscos de tais carteiras são mitigados por instrumentos financeiros diversos (nota 5.b). **e) Classificação dos ativos e passivos circulantes e a longo prazo:** Os ativos e passivos operacionais, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram até o prazo de 1 ano da data do balanço, estão classificados no circulante e aqueles, cujos vencimentos ou possibilidade efetiva de liquidação ocorram após esse prazo são classificados no longo prazo. **f) Apuração das receitas e despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização. As rendas sobre operações de crédito vencidas há mais de 60 dias somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Também são reconhecidos com base no regime de competência de exercícios, o imposto de renda e a contribuição social, cujos valores diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de receitas e despesas ainda não tributáveis ou dedutíveis para fins fiscais, cujas adições ou exclusões futuras são autorizadas pela legislação tributária. **g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos a seguir. • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não há outros recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. **h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment):** É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilidade de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. **i) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social é apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor à alíquota de 15%. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e despesas temporariamente indedutíveis, foram computados utilizando as alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro acima mencionadas. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (nota 22).

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados:

| Banco e consolidado | | |
|--|---------|---------|
| 2011 | 2010 | |
| Disponibilidades | 21.201 | 21.529 |
| Aplicações financeiras de liquidez | 630.801 | 457.481 |
| Aplicações em moedas estrangeiras | 122.057 | 94.455 |
| Outras operações com vencimentos até 90 dias | 508.744 | 363.026 |
| Saldo de caixa e equivalentes de caixa | 652.002 | 479.010 |

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações no mercado aberto lastreadas por títulos públicos federais têm prazos de vencimento de um dia útil. As aplicações em depósitos interfinanceiros têm prazos de vencimento até outubro de 2012.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

A classificação dos títulos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é demonstrada da seguinte forma:

| | 2011 | | 2010 | |
|---|-----------|-------------|-----------|-------------|
| | Banco | Consolidado | Banco | Consolidado |
| Títulos para negociação | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 24.162 | 24.159 | 24.162 | 24.159 |
| Eurobônus | 20.984 | 21.001 | 20.984 | 21.001 |
| Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B" | - | - | - | - |
| Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A" | 47.168 | 47.489 | 47.168 | 47.489 |
| Ações de Clas. abertas | 69 | 66 | 69 | 66 |
| Subtotal - Títulos para negociação | 92.383 | 92.715 | 92.383 | 92.715 |
| Títulos disponíveis para venda | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 666.736 | 666.653 | 710.257 | 710.172 |
| Eurobônus | 8.558 | 8.595 | 8.558 | 8.595 |
| Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B" | 37.582 | 38.402 | 37.582 | 38.402 |
| Certificado de Depósitos Bancários | 24.362 | 24.577 | 111.285 | 111.502 |
| Cotas de Fundo em Direitos Creditórios | - | - | - | - |
| Debêntures | 210.149 | 209.696 | 210.149 | 209.696 |
| Nota Promissória | 74.941 | 74.942 | 74.941 | 74.942 |
| Subtotal - Títulos disponíveis para venda | 1.022.328 | 1.022.865 | 1.152.772 | 1.153.309 |
| Total | 1.114.711 | 1.115.580 | 1.245.155 | 1.246.024 |

Em 31 de dezembro de 2010, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria disponíveis para venda totalizavam ganho líquido de R\$ 537 (R\$ 38 de perda líquida em 2011), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" líquido do efeito tributário, no montante de R\$ 322 (R\$ 23 em 2010). A composição da carteira em 31 de dezembro de 2011, considerando o prazo de vencimento, é demonstrada da seguinte forma:

| | 2011 | | | | | Total |
|---|-----------|----------------|----------------|-----------------|---------------|-----------|
| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 a 12 meses | De 1 a 3 anos | |
| Títulos para negociação | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | 24.159 | - | - | - | 24.159 |
| Eurobônus | - | - | - | 5.758 | - | 15.243 |
| Notas do Tesouro Nacional - "NTN - A" | - | - | - | - | - | 47.489 |
| Ações de companhias abertas | 66 | - | - | - | - | 66 |
| Subtotal - Títulos para negociação | 66 | 24.159 | - | 5.758 | - | 92.715 |
| Títulos disponíveis para venda | | | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | 5.126 | - | 94.211 | 567.316 | 666.653 |
| Eurobônus | - | - | - | - | 4.707 | 3.888 |
| Notas do Tesouro Nacional - "NTN - B" | - | - | - | - | 21.636 | 16.766 |
| Certificado de Depósitos Bancários | 1.459 | 1.483 | 2.941 | 11.942 | 73.917 | 111.502 |
| Debêntures | - | - | - | 833 | 36.128 | 164.979 |
| Nota Promissória | - | - | 64.933 | 10.009 | - | 74.942 |
| Subtotal - Títulos disponíveis para venda | 1.459 | 7.447 | 68.707 | 171.042 | 856.484 | 1.153.309 |
| Total - 2011 | 1.525 | 31.606 | 68.707 | 176.800 | 856.484 | 1.115.580 |
| Total - 2010 | 315 | 1.289 | 78.985 | 37.344 | 777.248 | 875.866 |

Para garantia de operações com derivativos, o Banco vinculou títulos públicos junto a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, no montante de R\$ 159.085 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 165.031 em 2010). **b) Instrumentos financeiros derivativos:** O Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados por prazos, taxas e montantes compatíveis. Derivativos são usados como ferramenta de transferência de risco com o objetivo de cobertura das posições das carteiras de não-negociação (Banking Book) e de negociação (Trading Book). Adicionalmente, derivativos de alta liquidez transacionados em bolsa são usados, dentro de limites estreitos e periodicamente revisados, com o objetivo de gerenciar exposições na carteira de negociação. Visando administrar os riscos decorrentes, foram determinados limites internos para exposição global e por carteiras. Estes limites são acompanhados diariamente. Considerando a eventual

possibilidade de existência de limites excedidos em decorrência de situações não previstas, a administração definiu políticas internas que implicam na imediata definição das condições de realinhamento. Esses riscos são monitorados por área independente das áreas operacionais e são diariamente reportados à alta administração. A medição da exposição fundamenta-se no cálculo do valor a risco (VaR) com horizonte de um ano por meio de simulação histórica para períodos de um dia e nível de confiança de 99%. Operações de derivativos compõem limite de crédito de contraparte, definido em função do perfil do cliente, e são revistas periodicamente em comitês de crédito com a presença da alta administração. As operações são custodiadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA ou na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e na Bolsa de Valores de Chicago. A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado: - Futuros: cotações em Bolsas; - Opções: determinadas com base em critérios estabelecidos em contratos; - Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBOVESPA; - Termos: o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBOVESPA ou bolsas de referência. Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seu valores referenciais estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

| Banco e consolidado | | | | | |
|---|---|------------------|---------------------------------|---|------------------|
| 2011 | | 2010 | | 2010 | |
| Valor referencial dos contratos | Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago) | Valor de mercado | Valor referencial dos contratos | Custo - Valor a receber/recebido (A pagar/pago) | Valor de mercado |
| Derivativos mantidos para negociação | | | | | |
| Contratos de futuros | 2.070.352 | - | 3.503.460 | - | - |
| Compromisso de compra | 659.141 | - | 1.411.563 | - | - |
| Mercado interfinanceiro | 296.098 | - | 1.316.665 | - | - |
| Moeda estrangeira | 362.498 | - | 94.898 | - | - |
| Outros | 545 | - | - | - | - |
| Compromisso de venda | 1.411.211 | - | 2.091.897 | - | - |
| Mercado interfinanceiro | 553.925 | - | 1.355.694 | - | - |
| Moeda estrangeira | 857.286 | - | 736.203 | - | - |
| Posição ativa | 1.686.751 | 94.229 | 1.097.923 | 106.781 | 100.674 |
| Contratos de "Swap" | 521.635 | 5.321 | 615.516 | 2.174 | 16.973 |
| Mercado interfinanceiro | 324.656 | 2.496 | 513.419 | 2.177 | 13.965 |
| Moeda estrangeira | 73.587 | 836 | 14.680 | 97 | 182 |
| Prefixado | 78.031 | 1.185 | 63.295 | (102) | 2.139 |
| Outros | 45.361 | 804 | 24.122 | 2 | 687 |
| Contratos de opções | 581.128 | 462 | 455 | 71.949 | 60 |
| Compromisso de compra | 10.000 | 448 | 53.902 | (123) | 661 |
| Ações | - | - | 10.498 | 216 | 579 |
| Ativos financeiros | 10.000 | 448 | 440 | 43.404 | (339) |
| Compromisso de venda | 571.128 | 14 | 15 | 18.047 | 183 |
| Ativos financeiros | 571.128 | 14 | 15 | 18.047 | 183 |
| Outros instrumentos financeiros | 983.988 | 88.446 | 88.972 | 410.458 | 104.547 |
| Compra e venda de moeda a termo (NDF) | 531.921 | 19.858 | 21.082 | 304.117 | 12.990 |
| Operações a termo | 52.067 | 68.588 | 67.890 | 106.341 | 91.557 |
| Posição passiva | 561.126 | (92.415) | (93.205) | 678.215 | (70.077) |
| Contratos de "Swap" | 127.574 | (2.641) | (4.603) | 87.840 | (2.610) |
| Mercado interfinanceiro | 108.894 | (2.215) | (4.252) | 9.983 | (8) |
| Moeda estrangeira | 108 | (46) | - | 64.711 | (2.608) |
| Prefixado | 12.952 | (334) | (22) | 13.146 | 6 |
| Outros | 5.620 | (46) | (329) | - | - |
| Contratos de opções | 21.580 | (1.008) | (973) | 255.569 | 934 |
| Compromisso de compra | 10.000 | (303) | (440) | 139.658 | 1.603 |
| Compromisso de venda | 11.580 | (705) | (533) | 115.911 | (669) |
| Ativos financeiros | 11.580 | (705) | (533) | 115.911 | (669) |
| Outros instrumentos financeiros | 411.972 | (88.766) | (87.630) | 334.806 | (68.401) |
| Compra e venda de moeda a termo (NDF) | 310.316 | (15.836) | (14.683) | 301.505 | (10.436) |
| Operações a termo | 101.656 | (72.930) | (72.947) | 33.756 | (57.965) |

| Banco e consolidado | | | |
|---|----------------|------------------|------------------|
| 2011 | | | |
| Valor referencial dos contratos | Valor de curva | Valor de mercado | Ajuste a mercado |
| Derivativos usados como "hedge" de valor justo | | | |
| Instrumentos "Hedge" | | | |
| Contratos de "Swap" | 647.456 | 56.215 | 84.033 |
| Moeda estrangeira - Dólar | 647.456 | 56.215 | 84.033 |
| Objeto de "Hedge" | | | |
| Dívida Subordinada (nota 17.c) | 570.213 | (570.213) | (598.031) |
| Moeda estrangeira - Dólar | 570.213 | (570.213) | (598.031) |

| Banco e consolidado | | | |
|---|----------------|------------------|------------------|
| 2010 | | | |
| Valor referencial dos contratos | Valor de curva | Valor de mercado | Ajuste a mercado |
| Derivativos usados como "hedge" de valor justo | | | |
| Instrumentos de "Hedge" | | | |
| Contratos de "Swap" | 333.976 | (6.418) | (15.804) |
| Moeda estrangeira - Dólar | 333.976 | (6.418) | (15.804) |
| Objeto de "Hedge" | | | |
| Dívida Subordinada (nota 17.c) | 327.690 | (333.967) | (|

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

| | Banco e consolidado | | | | | | | |
|---|---------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------------------|---------------|-------------------|
| | 2011 | | | | | | | |
| | A vencer | | | Acima de 15 dias | | Vencidas a partir de 15 dias | | |
| Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 a 6 meses | De 6 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Acima de 3 anos | Total | Total | |
| Operações de crédito | 550.201 | 1.121.749 | 1.244.699 | 1.500.204 | 2.234.089 | 569.753 | 19.275 | 7.239.970 |
| Outros créditos | 63.133 | 101.087 | 85.962 | 170.736 | 7.993 | 1.451 | 3.541 | 433.903 |
| Subtotal - Operações de crédito e outros créditos | 613.334 | 1.222.836 | 1.330.661 | 1.670.940 | 2.242.082 | 571.204 | 22.816 | 7.673.873 |
| Garantias prestadas e responsabilidades | 490.292 | 556.533 | 1.091.316 | 2.094.433 | 929.022 | 19.299 | - | 5.180.895 |
| Total - 2011 | 1.103.626 | 1.779.369 | 2.421.977 | 3.765.373 | 3.171.104 | 590.503 | 22.816 | 12.854.768 |
| Total - 2010 | 1.024.780 | 1.605.496 | 2.037.437 | 3.119.306 | 3.169.911 | 619.073 | 12.377 | 11.588.380 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram realizadas operações de cessões de créditos, sem coobrigação, amparadas no disposto na Resolução nº 2.836/01 do Banco Central do Brasil, no montante de R\$ 36.563 (R\$ 49.889 em 2010). O efeito dessas operações no resultado do exercício de 2011 foi de R\$ 488 (R\$ 589 em 2010). A concentração do risco de crédito é assim demonstrada:

| | Banco e consolidado | | | | | |
|----------------------|---------------------|------------------------------|--------|--------------------|------------------------------|--------|
| | 2011 | | | 2010 | | |
| | % sobre a carteira | % sobre o patrimônio líquido | Saldo | % sobre a carteira | % sobre o patrimônio líquido | Saldo |
| Principal devedor | 154.356 | 2,01 | 10,29 | 229.679 | 3,01 | 17,04 |
| 10 maiores devedores | 1.015.600 | 13,23 | 67,72 | 1.043.389 | 13,68 | 77,41 |
| 20 maiores devedores | 1.657.555 | 21,60 | 110,53 | 1.631.085 | 21,38 | 121,01 |

(1) total da carteira sem considerar o saldo de garantias prestadas e responsabilidades

8. PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA E OUTROS CRÉDITOS - Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a carteira de operações de crédito e outros ativos e a provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos, estão assim distribuídos:

| Nível de risco | Nível de provisionamento | Banco e consolidado | | | |
|----------------|--------------------------|---------------------|---------------|------------------|--------------------|
| | | 2011 | | | |
| | | Curso normal | Atraso | Total | Provisão Res. 2682 |
| AA | - | 815.277 | - | 815.277 | - |
| A | 0,5% | 2.886.922 | - | 2.886.922 | 14.435 |
| B | 1,0% | 3.000.945 | 157 | 3.001.102 | 30.011 |
| C | 3,0% | 785.309 | 3.123 | 788.432 | 23.653 |
| D | 10,0% | 57.294 | 3.574 | 60.868 | 6.087 |
| E | 30,0% | 65.886 | 2.340 | 68.226 | 20.468 |
| F | 50,0% | 19.459 | 3.368 | 22.827 | 11.413 |
| G | 70,0% | 8.661 | 1.886 | 10.547 | 7.383 |
| H | 100,0% | 11.304 | 8.368 | 19.672 | 19.672 |
| Total | | 7.651.057 | 22.816 | 7.673.873 | 133.122 |

| Nível de risco | Nível de provisionamento | Banco e consolidado | | | |
|----------------|--------------------------|---------------------|---------------|------------------|--------------------|
| | | 2010 | | | |
| | | Curso normal | Atraso | Total | Provisão Res. 2682 |
| AA | - | 1.108.694 | - | 1.108.694 | - |
| A | 0,5% | 3.016.040 | - | 3.016.040 | 15.080 |
| B | 1,0% | 2.746.242 | 135 | 2.746.377 | 3.134 |
| C | 3,0% | 594.592 | 135 | 594.727 | 1.250 |
| D | 10,0% | 54.266 | 2.856 | 57.122 | 5.712 |
| E | 30,0% | 62.999 | 589 | 63.588 | 19.076 |
| F | 50,0% | 9.714 | 1.001 | 10.715 | 5.357 |
| G | 70,0% | 7.222 | 1.735 | 8.957 | 6.270 |
| H | 100,0% | 17.308 | 5.444 | 22.752 | 22.752 |
| Total | | 7.617.077 | 12.377 | 7.629.454 | 4.384 |

Provisão adicional: Em 31 de dezembro de 2010, considerando possíveis aumentos nos níveis de risco de crédito em decorrência das incertezas existentes no ambiente econômico, foram constituídas, preventivamente, provisões adicionais aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil. Tais provisões foram concentradas nos níveis de classificação B e C, como um reforço aos percentuais mínimos requeridos para esses níveis. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e de outros créditos teve a seguinte movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

| | Banco e consolidado | | | |
|---|----------------------|-----------------|----------------|----------------|
| | 2011 | | 2010 | |
| | Operações de crédito | Outros créditos | Total | Total |
| Saldos no início do período | 100.651 | 23.291 | 123.942 | 127.189 |
| Constituição | 36.582 | 15.140 | 51.722 | 44.579 |
| Venda da carteira de empréstimos consignados | - | - | - | (2.714) |
| Classificados como resultados de exercícios futuros | - | (194) | (194) | 370 |
| Créditos compensados como prejuízo | (23.111) | (19.237) | (42.348) | (45.482) |
| Saldos no final do período | 114.122 | 19.000 | 133.122 | 123.942 |

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de créditos renegociados é de R\$ 123.221 (R\$ 77.719 em 2010) no Banco e consolidado, sendo que o montante das operações de crédito renegociadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 86.789 (R\$ 42.828 em 2010). O montante de créditos recuperados, anteriormente compensados contra a provisão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$5.971 (R\$ 10.480 em 2010).

9. OUTROS CRÉDITOS

a) O saldo da carteira de câmbio está assim demonstrado:

| | Banco e consolidado | |
|--|---------------------|----------------|
| | 2011 | 2010 |
| | 465.308 | 442.800 |
| Câmbio comprado a liquidar - CCL | (702) | (2) |
| Provisão sobre variação cambial de CCL | 33.092 | 115.579 |
| Direitos sobre vendas de câmbio | (6.486) | (94.235) |
| Adiantamentos recebidos | 9.054 | 6.612 |
| Rendas a receber de adiantamentos concedidos (ACC) | 500.266 | 470.754 |
| Total | 500.266 | 470.754 |

b) A posição de negociação e intermediação de valores é representada substancialmente por valores a receber, decorrente de liquidação de operações com ativos financeiros registrados nas bolsas.

c) A composição de outros créditos diversos está assim demonstrada:

| | Banco | | Consolidado | |
|--------------------------------------|---------|---------|-------------|---------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| | 80.427 | 60.297 | 80.448 | 60.807 |
| Créditos tributários (Nota 22) | 49.658 | 53.284 | 57.564 | 60.954 |
| Devedores por depósitos em garantia | 40.991 | 31.034 | 42.698 | 31.034 |
| Impostos e contribuições a compensar | 99 | 72 | 99 | 186 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 24.698 | 34.901 | 24.698 | 34.901 |
| Títulos e créditos a receber | 3.382 | 6.730 | 3.382 | 6.730 |
| Valores a receber por venda de ações | 9.030 | 1.582 | 9.067 | 1.614 |
| Outros | 208.285 | 187.900 | 217.956 | 196.226 |

10. INVESTIMENTOS

| | ABC BRASIL Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | | ABC BRASIL Administração e Participações Ltda. | | 2011 | | 2010 | |
|-------------------------------------|--|------------|--|--------|---------|--------|--------|---------|
| | 2011 | | 2010 | | Total | | Total | |
| | Capital social | 49.600 | 55.632 | 55.632 | 55.632 | 100,00 | 99,99 | 129.302 |
| Patrimônio líquido | 66.483 | 66.483 | 62.819 | 62.819 | 129.302 | 66.483 | 62.819 | 118.910 |
| Resultado do exercício | 4.875 | 4.875 | 5.518 | 5.518 | 10.393 | 4.875 | 5.518 | 7.598 |
| Nº de ações ordinárias possuídas | 24.980.054 | - | - | - | - | - | - | - |
| Nº de ações preferenciais possuídas | 24.980.055 | - | - | - | - | - | - | - |
| Nº de cotas possuídas | - | 55.631.814 | - | - | - | - | - | - |
| % de participação | 100,00 | 100,00 | 99,99 | 99,99 | 100,00 | 100,00 | 99,99 | 100,00 |
| Valor contábil | 66.483 | 66.483 | 62.819 | 62.819 | 129.302 | 66.483 | 62.819 | 118.910 |
| Equivalência patrimonial | 4.875 | 4.875 | 5.518 | 5.518 | 10.393 | 4.875 | 5.518 | 7.598 |

11. PARTES RELACIONADAS
a) **Empresas controladas e ligadas:** Os valores abaixo se referem a transações do Banco com empresas controladas e empresas ligadas. Nas operações envolvendo partes relacionadas foram praticadas taxas e condições usuais de mercado nas datas das transações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

| Operações/partes relacionadas | Grau de relação | 2011 | | 2010 | |
|---|-----------------|-----------------|-------------------------------|-----------------|-------------------------------|
| | | Ativo/(passivo) | Receitas/(despesas) exercício | Ativo/(passivo) | Receitas/(despesas) exercício |
| | | (189) | - | (64) | - |
| Depósitos à vista | - | - | - | - | - |
| - ABC BRASIL Adm. e Participações Ltda. | Controlada | (189) | - | (64) | - |
| - ABC BRASIL Distr. Tít. e Vals. Mobiliários S.A. | Controlada | (78) | - | (27) | - |
| - Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima | Acionista | (26) | - | - | - |
| - Marsau Comercial Exp. e Importadora Ltda. | Ligada | (1.764) | - | (797) | - |
| Depósitos a prazo | - | - | - | - | - |
| - Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima | Acionista | (2.905) | (28) | (3.702) | (42) |
| Obrigações por empréstimos | - | - | - | - | - |
| - Arab Banking Corporation (ABC) | Controlador | (217.133) | (1.980) | - | - |
| Dividendos e juros sobre o capital | - | - | - | - | - |
| - Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anonima | Acionista | (20.759) | - | (9.437) | - |
| Outras obrigações | - | - | - | - | - |
| - ABC BRASIL Adm. e Participações Ltda. - Prestação de serviços | Controlada | (20) | (240) | (18) | (216) |

b) **Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 55.917 (R\$ 50.877 em 2010), a qual é considerada benefício de curto prazo.

12. DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros realizadas pela dependência no exterior em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são demonstrados como segue:

| | 2011 | | 2010 | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | US\$ | R\$ | US\$ | R\$ |
| | 2.609 | 4.894 | 1.073 | 1.788 |
| Ativos | 54.453 | 102.143 | 52.261 | 87.077 |
| Disponibilidades | 60.153 | 112.835 | 53.297 | 88.803 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 496.388 | 931.125 | 538.903 | 897.920 |
| TVM e instrumentos financeiros derivativos | 4.957 | 9.298 | 4.039 | 6.730 |
| Operações de crédito - Líquido | 618.560 | 1.160.295 | 649.573 | 1.082.318 |
| Outros créditos e valores e bens | - | - | - | - |
| Total | 1.129.557 | 2.103.545 | 1.245.213 | 2.073.259 |
| Passivos | 1.021 | 1.915 | 523 | 871 |
| Depósitos à vista | 85.844 | 161.026 | 140.086 | 233.411 |
| Depósitos a prazo | 526.736 | 988.051 | 527.602 | 879.090 |
| Obrigações por empréstimos no exterior | 38.421 | 72.070 | 35.888 | 59.797 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 96 | 180 | 445 | 741 |
| Outras obrigações | 652.118 | 1.223.242 | 704.544 | 1.173.910 |

13. IMOBILIZADO, DIFERIDO E INTANGÍVEL
Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação e de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil econômica dos bens. Conforme Resolução nº 3.617 do Banco Central, até setembro de 2008, os gastos de organização e expansão, representados por beneficiários em propriedades de terceiros, vinham sendo registrados no ativo diferido e amortizados considerando-se o prazo dos aluguéis contratados. O intangível corresponde aos gastos de aquisição e desenvolvimento de logísticos e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%.

14. DEPÓSITOS

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas normais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

| | Banco | | | | | Consolidado | | | | |
|----------------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|--|
| | 2011 | | | | | 2010 | | | | |
| | Sem vencimento | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Acima de 3 anos | Total | Total | Total | Total | |
| Depósitos à vista | 189.496 | - | - | - | - | 189.496 | 183.394 | 189.229 | 183.302 | |
| Depósitos interfinanceiros | - | 185.108 | 490.139 | 223.733 | 20.030 | 919.010 | 578.260 | 919.010 | 578.260 | |
| Depósitos a prazo | - | 894.138 | 1.100.759 | 212.623 | - | 2.207.520 | 2.174.840 | 2.207.520 | 2.174.840 | |
| Outros depósitos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | |
| Total - 2011 | 189.496 | 1.079.246 | 1.590.898 | 436.356 | 20.030 | 3.316.026 | 2.736.494 | 3.315.759 | 2.736.494 | |
| Total - 2010 | 183.411 | 1.048.096 | 908.351 | 720.788 | 75.865 | 2.936.511 | 2.936.511 | 2.936.511 | 2.936.511 | |

15. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Os recursos de aceites e emissão de títulos são negociados a juros de mercado e têm a seguinte distribuição por prazos de vencimento:

| | Banco e consolidado | | | | |
|----------------------------------|---------------------|-----------------|---------------|-----------------|----------------|
| | 2011 | | | | |
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Acima de 3 anos | Total |
| Letras de crédito Imobiliário | 32.928 | 45.290 | 122 | - | 78.340 |
| Letras de crédito do agronegócio | 441.412 | 333.673 | 34.220 | - | 809.305 |
| Letras Financeiras | - | 7.917 | 36.068 | - | 43.985 |
| Total - 2011 | 474.340 | 386.880 | 70.410 | - | 931.630 |
| Total - 2010 | 412.163 | 335.656 | 8.371 | - | 756.190 |

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

As obrigações por empréstimos e repasses têm a seguinte distribuição, por prazos de vencimento:

| | Banco e consolidado | | | | |
|------------------------------------|---------------------|-----------------|---------------|-----------------|-----------|
| | 2011 | | | | |
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | Acima de 3 anos | Total |
| Obrigações por empréstimos: | 742.363 | 672.762 | 5.688 | - | 1.420.813 |
| No exterior | - | - | - | - | 1.345.390 |
| Obrigações por repasses - Do País: | 187.645 | 413.127 | 421.970 | 144.285 | 1.167.027 |
| BNDES | 66.069 | 200.958 | 472.114 | 229.110 | 968.251 |
| FINAME | 8.791 | 35.774 | 1.650 | - | 46.215 |
| Outras instituições | 1.004.868 | 1.322.621 | 901.422 | 373.395 | 3.602.306 |
| Total - 2011 | 640.334 | | | | |



BANCO ABC BRASIL
 Companhia Aberta
 CNPJ nº 28.195.667/0001-06
 www.abcbrazil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

base na LC 7/70. A exigibilidade do crédito tributário encontra-se suspensa por força de decisão favorável em 2ª instância, que confirmou a sentença concessiva da segurança. O valor total da contingência monta aproximadamente a importância de R\$ 2.260, cuja perda é considerada possível. **Encargos Previdenciários (“INSS”):** O Banco está defendendo autuação para pagamentos de encargos previdenciários, principalmente sobre valores pagos à título de participação nos lucros e resultados dos exercícios de 2006 à 2008 no valor de R\$ 29.066, cuja perda é considerada possível. **Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2011, o Banco era parte do pólo passivo em 33 ações trabalhistas em andamento, cujo valor de contingência totalizava R\$ 3.461. O valor da contingência foi totalmente provisionado, levando em consideração a probabilidade de perda das referidas ações. **Cíveis:** Em 31 de dezembro de 2011, o Banco e suas controladas eram parte em ações cíveis, figurando como autores ou réus perfazendo um valor total de R\$ 23.343. Resumimos a seguir as principais ações em que o Banco e suas controladas figuram como réu e são consideradas por nossos assessores jurídicos como possíveis. a) ação visando o pagamento de diferenças de preço de venda de títulos oferecidos para liquidação de empréstimos, cujo valor em discussão é de R\$ 8.209, sendo que até o momento a decisão é favorável ao Banco em 1ª instância; b) ação envolvendo pedido de anulação de lançamento a débito realizado na conta corrente de empresa avaliata em operação de crédito, cujo valor da contingência monta a importância de R\$ 12.870 e a chance de perda é considerada possível. **Movimentação das provisões constituídas:**

| | Banco | | | Consolidado | | |
|------------------------|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|------------|
| | Trabalhistas | Fiscais | Cíveis | Trabalhistas | Fiscais | Cíveis |
| No início do exercício | 1.979 | 4.736 | 230 | 1.979 | 4.785 | 1.575 |
| Constituição | 2.294 | 1.500 | – | 2.294 | 1.500 | – |
| Reversão | (498) | – | – | (498) | – | – |
| Baixa | (314) | – | – | (314) | – | (1.345) |
| | 3.461 | 6.236 | 230 | 3.461 | 6.285 | 230 |

No início do exercício
 Constituição
 Reversão
 Baixa

No final do exercício
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social é representado por 135.644.240 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 67.822.120 ações ordinárias e 67.822.120 ações preferenciais. **b) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo pode, alternativamente, ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram deliberadas pelos acionistas, a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados de acordo com os dispositivos da Lei nº 9.249/95, os quais são assim resumidos:

| | Juros sobre o capital próprio | Redução da despesa com imposto de renda e contribuição social |
|----------------------------|-------------------------------|---|
| Data da deliberação | 18.823 | 7.529 |
| 31/03/2011 | 20.168 | 8.067 |
| 30/06/2011 | 20.122 | 8.049 |
| 30/09/2011 | 21.442 | 8.577 |
| 29/12/2011 | 80.555 | 32.222 |
| Total - 2011 | 17.479 | 6.992 |
| 31/03/2010 | 17.479 | 6.992 |
| 30/06/2010 | 18.823 | 7.529 |
| 30/09/2010 | 18.822 | 7.529 |
| 30/12/2010 | 72.603 | 29.042 |
| Total - 2010 | | |

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP, condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

c) Destinação dos lucros: i) Reserva de lucros - equalização de dividendos: Por deliberação dos acionistas, através de Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinária de 30 de abril de 2008, foi aprovada a criação da conta Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos, destinando para esta reserva o saldo da conta de lucros acumulados, sendo esta constituída como forma de manter o fluxo de remuneração aos acionistas. **ii) Reserva de Lucros - recompra de ações:** A reserva para recompra de ações é constituída para dar suporte a eventual abertura, após deliberação do Conselho de Administração, de programa de recompra de ações de emissão própria quando condições do mercado indicarem tal conveniência. **iii) Destinação dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2010:** Em 29 de Abril de 2011, a Assembléia de Acionistas aprovou proposta do Conselho de Administração sobre destinação dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2010, mantendo o valor total proposto para retenção de lucros (reserva legal, reserva de equalização de dividendos e reserva de recompra de ações) e destinando R\$ 10.111 para Reserva Legal de lucros, R\$ 64.510 para Reservas de Lucros - Equalização de Dividendos e R\$ 55.000 para Reservas de Lucros - Recompra de Ações de emissão própria, respectivamente. **d) Ações em tesouraria:** Em 09 de setembro de 2011, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, autorizar a Companhia a adquirir até 10% (dez por cento) das ações preferenciais nominativas em circulação representadas por até 3.803.483 ações

preferenciais de emissão própria, com o objetivo principal de maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia. A aquisição das ações terá por finalidade a permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o artigo 19, alínea “m”, do Estatuto Social e Instrução CVM nº 10/80, alterada pelas Instruções CVM nº 268/97 e nº 390/03. No exercício foram recompradas 437.900 ações preferenciais, totalizando 1.630.701 ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2011 o valor total das ações em tesouraria é de R\$ 10.997 (R\$ 6.858 em 2010).

26. LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILÉIA

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490/07, instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE, com efeito a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2011 é de 15,62% (16,04% em 2010). O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE pela nova forma de cálculo:

| | 2011 | 2010 |
|--|-----------|-----------|
| Risco de crédito | 1.378.787 | 1.196.237 |
| Taxa de juros | 8.272 | 2.180 |
| Commodities | 2.445 | – |
| Risco operacional | 69.960 | 64.622 |
| Ações | 274 | 371 |
| Patrimônio de Referência Exigido - PRE | 1.459.738 | 1.263.410 |
| Patrimônio de Referência - PR | 2.072.475 | 1.841.810 |
| Excesso de patrimônio em relação ao limite | 612.737 | 578.400 |

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

28. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO LÍQUIDO ENTRE BR GAAP E IFRS

Apresentamos a seguir os principais ajustes identificados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BRGAAP”) e o IFRS, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

| | 2011 | 2010 |
|---|------------------|------------------|
| Patrimônio líquido em BR GAAP | 1.499.606 | 1.347.918 |
| Ajustes IFRS líquido dos impostos: | | |
| Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes | a | 40.010 |
| Patrimônio líquido em IFRS | 1.539.616 | 1.385.801 |
| Lucro líquido em BR GAAP | 236.037 | 202.224 |
| Ajustes IFRS líquido dos impostos: | | |
| Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes | a | 2.127 |
| Venda de ativo financeiro com retenção dos riscos e benefícios | b | – |
| Variação cambial sobre investimento no exterior | c | (2.565) |
| Lucro líquido em IFRS | 235.599 | 204.075 |

a) Provisão para perdas sobre empréstimos e adiantamentos a clientes: Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, o Banco efetua a provisão para perdas sobre crédito com base na avaliação individual das operações considerando as circunstâncias conhecidas quando desta avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos daqueles adotados segundo o BR GAAP, que usa regras específicas definidas pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão. **b) Venda de ativo financeiro com retenção dos riscos e benefícios:** Segundo orientação do IFRS, na venda de ativos financeiros com retenção dos riscos e benefícios, o ativo objeto deve permanecer registrado no ativo, sendo as receitas decorrentes de tais ativos apropriadas pelo prazo remanescente das operações vendidas. Nestes casos, o valor recebido na venda deve ser registrado no passivo, sendo os custos apropriados pelo prazo remanescente da operação. De acordo com BR GAAP, tais ativos são baixados e o resultado positivo ou negativo apurado na venda deve ser registrado ao resultado do período na data da operação. **c) Variação cambial sobre investimento no exterior:** Segundo orientação do IFRS, com base no IAS 21 “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”, os ativos e passivos das subsidiárias no exterior são convertidos para reais pela taxa em vigor na data do balanço, e os resultados são convertidos para reais pela média das taxas de câmbio do período, sendo as variações cambiais decorrentes da conversão reconhecidas diretamente no patrimônio, no resultado abrangente.

A DIRETORIA

CONTADOR: LEILA MARIA DE CARVALHO ROCHA CRC-15P170428/O-5



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em reunião do Comitê de Auditoria em 02 de fevereiro de 2012, e com base nas informações recebidas da Administração do Banco e de suas controladas, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e no diligenciamento e análises próprias, foi recomendada a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do BANCO ABC BRASIL S.A. referentes aos exercícios em 31 de dezembro de 2011 e 2010. O relatório completo datado de 02 de fevereiro de 2012 do Comitê de Auditoria,

contendo o detalhamento do escopo dos seus trabalhos e diligências, estará disponível no site do BANCO ABC BRASIL S.A. (www.abcbrazil.com.br) e à disposição dos interessados junto aos representantes de Relação com Investidores.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2012
O COMITÊ DE AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.
 Diretores e Acionistas do
BANCO ABC BRASIL S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco ABC Brasil S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco ABC Brasil S.A. e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco ABC BRASIL S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco ABC BRASIL S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 02 de fevereiro de 2012

ERNST & YOUNG TERCO

Quality In Everything We Do

Auditores Independentes S.S.
 CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen
 Contador CRC-15P184050/O-6